



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE**  
**MINAS GERAIS**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO nº 23343.002499.2017-61**  
**Pregão Eletrônico nº 22/2017**

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto quantificar, especificar e definir as condições para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hospedagem e alojamento, conforme consta na justificativa, destinados à realização dos Jogos dos Institutos Federais – JIFs 2017 Etapa Nacional, na cidade de Poços de Caldas-MG, a cargo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

**ITEM: 1**

CATSERV: 9946		Tipo: Serviço
Descrição: SERVIÇOS DE ALOJAMENTO EM HOTÉIS E MOTÉIS		
Descrição Detalhada: Contratação de serviço de hospedagem para 1200 pessoas com disponibilização de espaço para a satisfatória realização dos <b>Jogos dos Institutos Federais - JIFs 2017 - Etapa Nacional</b> na cidade de Poços de Caldas/MG, no período de 03 a 08 de outubro de 2017, conforme especificações constantes neste Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico).		
Quantidade: 1	Unidade de Fornecimento: Serviço	
Local de prestação dos serviços: Poços de Caldas-MG		
	Valor Unitário	Valor Total
Valor Estimado	R\$ 840.000,00	R\$ 840.000,00

**2. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

2.1. Muitas vezes o sistema (SIDEC) através do qual são lançados os produtos constantes no Anexo I do Edital de licitação para disponibilizar inclusão da proposta por parte dos fornecedores, não possui descrição compatível com as do produto a serem adquiridos e por isso são registrados utilizando-se sinônimos, genéricos ou similares. Deve ser considerada sempre a descrição completa dos produtos e/ou serviços constantes neste Anexo I do Edital.

2.2. A Cotação de preços unitários e totais, em moeda nacional, em algarismo e por

extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

### **3. DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1. O procedimento licitatório obedecerá às Leis nº 10.520/2002, nº 8.078/1990, nº 8.666/1993; Decretos nº 3.555/2000, nº 3.722/2001, nº 4.485/2002, nº 5.450/2005, nº 7.746/2012 e nº 8.538/15; Lei Complementar nº 123/06; Instruções Normativas do MPOG, bem como à legislação correlata.

### **4. DO VALOR DE REFERÊNCIA GLOBAL ESTIMADO**

4.1. O custo total está estimado em **R\$ 840.000,00** (oitocentos e quarenta mil reais).

4.2. *O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Subsistema de Preços Praticados – SISPP do SIASG, conforme o caso.*

### **5. DOS SERVIÇOS**

5.1. Os serviços para efeito de cotação de preços devendo ser objeto de cotação:

#### **5.1.1. Serviço de Hospedagem:**

5.1.1.1. Hospedagem na cidade de Poços de Caldas (MG) em hotel ou hotéis consorciados localizados na zona urbana para realização das atividades do evento e acomodação de 1200 pessoas em, no mínimo, 300 leitos divididos em apartamentos duplos, triplos e quádruplos, a partir do dia 03 de outubro de 2017 até o dia 08 de outubro de 2017. Divisão a ser definida pela Comissão Organizadora.

#### **5.1.2. Nota:**

5.1.2.1. Parte da equipe organizadora do evento, que totaliza 30 pessoas, deverá ser devidamente acomodada a partir do dia 01 de outubro de 2017. O check out será realizado dia 08 de outubro de 2017.

5.1.2.2. *O hotel ou hotéis consorciados devem oferecer toda a estrutura necessária para acomodação dos participantes e realização do evento. Caso o hotel não atenda ao número de quartos, os participantes poderão ficar hospedados em hotéis consorciados próximos, que tenham **capacidade mínima de 300 LEITOS e que estejam em um raio máximo de 3 km de distância entre eles.** Essa distância se faz necessária para que não haja grande deslocamento dos participantes e equipe organizadora, o que implicaria na utilização excessiva de transporte, tempo excessivo nos deslocamentos e, ainda, aumento da emissão de poluentes. Além disso, priorizamos o mínimo de deslocamentos dos estudantes, uma vez que grande parte desses participantes são menores de idade, estudantes entre 15 e 17 anos, de várias regiões do país e a equipe organizadora é responsável por zelar sua segurança durante todo o evento. A distância entre os hotéis influencia na questão de logística da organização do evento, que conta com uma equipe bastante reduzida.*

5.1.2.3. Os hóspedes farão o check in no hotel ou nos hotéis consorciados no dia 03 de outubro a partir das 12:00 e o check out até as 14:00 do dia 08 de outubro de 2017. **Podendo haver uma variação de utilização do número de diárias durante os dias do evento.**

5.1.2.4. As despesas referentes a serviços de lavanderia, frigobar, despesas com quaisquer ligações telefônicas, serviços de bar e restaurante e demais serviços

oferecidos pelo hotel, desde que não especificados neste Termo de Referência, serão de responsabilidade única e exclusiva dos hóspedes. Em hipótese alguma o hotel poderá disponibilizar aos participantes bebida alcoólica.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. A empresa contratada deverá:

6.1.1. Possuir instalações elétricas e hidráulicas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – e legislação aplicável;

6.1.2. Possuir instalações de emergência, para a iluminação de áreas comuns e para o funcionamento de equipamentos indispensáveis à segurança dos hóspedes;

6.1.3. Possuir instalações e equipamentos de segurança contra incêndio e pessoal treinado a operá-lo, de acordo com as normas estabelecidas e pelo Corpo de Bombeiros local;

6.1.4. Possuir recepção apta a permitir a entrada, saída, registro e liquidação de conta dos hóspedes, durante as 24 horas do dia;

6.1.5. Limpar e arrumar diariamente os apartamentos, com fornecimento e troca de roupa de cama e banho, bem como de artigos comuns de higiene pessoal, por conta do estabelecimento;

6.1.6. Possuir pessoal de serviço em quantidade e com a qualificação necessárias ao perfeito funcionamento do meio de hospedagem;

6.1.7. Manter pessoal permanentemente uniformizado e/ou convenientemente trajado, de acordo com as funções que exerçam;

6.1.8. Zelar pela observância das demais normas e condições necessárias à segurança, saúde/higiene e conservação/manutenção do meio de hospedagem, para atendimento ao consumidor.

6.1.9. Cuidar para que o apartamento seja decorado e equipado com televisão, frigobar, telefone (para ligações internas), serviços de internet (banda larga) gratuita, banheiro com vaso sanitário, lavatório e chuveiro com aquecimento; ventiladores e/ou ar condicionados.

6.1.10. Disponibilizar apartamentos acessíveis a pessoas portadoras de necessidades especiais e divisão de apartamentos para fumantes e não fumantes.

6.1.11. O hotel deverá deixar os frigobares de todos os quartos vazios.

6.1.12. O hotel ou hotéis consorciados deverão atender a todos os itens deste Termo de Referência.

6.1.13. O Instituto Federal do Sul de Minas não se responsabilizará e nem arcará com despesas relativas a bebidas alcoólicas ou não alcoólicas, serviços de lavanderia, ligações telefônicas nacionais, internacionais e para celulares, consumo de frigobar, serviços de bar e restaurante ou extras de qualquer natureza que forem consumidos pelos participantes no decorrer do evento e que não estejam incluídos neste Termo de Referência.

6.1.14. Somente serão pagas as diárias que forem efetivamente utilizadas.

### **6.2. Quanto a Alimentação:**

6.2.1. A diária deve incluir pensão completa (café da manhã, almoço e jantar) para os participantes que ficarão hospedados no hotel.

6.2.2. As refeições devem ser servidas em sistema *self service*, em restaurante com capacidade para acomodar, no mínimo, 300 pessoas simultaneamente, localizado nas dependências do hotel ou hotéis consorciados. Toda refeição deve conter alimentos variados.

6.2.3. Os cafés da manhã devem oferecer pães de sal, pães de queijo, bolos, roscas, bolachas, 4 tipos de frios, requeijão, margarina, manteiga, dois tipos de suco natural, leite, achocolatado, café com e sem açúcar, iogurte, granola e frutas variadas.

6.2.4. No almoço e jantar devem ser oferecidos 06 tipos de saladas, 02 tipos de carnes, 01 massa, no mínimo 02 guarnições e sobremesa, 03 tipos de bebidas (suco

natural, refrigerante e água). Deve ser considerada a quantidade 350 ml de bebida para cada hóspede por refeição.

6.2.5. Na sala utilizada para a secretaria do evento deverão ser disponibilizados, constantemente, água, café e copos descartáveis.

6.2.6. A empresa contratada deverá fornecer água mineral em galões de 20 litros e/ou bebedouros, com copos descartáveis que deverão ser disponibilizados no hotel, hotéis consorciados e local das cerimônias durante todo o evento.

6.2.7. **Considerações:**

6.2.7.1. O hotel ou os hotéis consorciados fica responsável por toda mão de obra necessária para a confecção, montagem, desmontagem, reposição de alimentos, bem como fica estabelecido o número de 1 (um) garçom para cada 20 (vinte) participantes, bem como de todo o material necessário para a realização das refeições.

6.2.7.2. As mesas, cadeiras e toalhas, louças, talheres, cestas, bandejas e guardanapos são de responsabilidade do hotel ou hotéis consorciados contratado (s), em qualquer circunstância, devendo-se utilizar os utensílios apropriados para servir cada tipo de alimento/bebida.

6.2.7.3. Deverá observar na composição os requerimentos necessários para o fornecimento de alimentação adequada a portadores de patologias especiais.

6.2.7.4. Todos os alimentos servidos durante as refeições deverão ser de primeira qualidade, estar corretamente acondicionados e dentro do prazo de validade. Além disso, o hotel deverá observar todas as boas práticas de higiene durante o seu preparo.

6.3. **Quanto ao espaço Físico:**

6.3.1. 01 salão montado em formato auditório para acomodar 1500 pessoas com as cadeiras inclusas e espaço com capacidade de montagem de palco de 12m x 8m, mesa diretora com toalha branca e cadeiras para acomodar 15 autoridades, ar condicionado, bebedouros e banheiros compatíveis com o número de participantes, Piso não escorregadio para apresentação de dança.

6.3.2. 01 sala de apoio para a comissão disciplinar com 01 computador, 01 impressora;

6.3.3. 01 sala de apoio para funcionamento da secretaria e credenciamento do evento.

6.3.4. 01 sala de apoio para a comissão organizadora.

6.3.5. 01 sala de apoio para a assessoria de imprensa com 01 computador, 01 impressora.

6.3.6. Disponibilização de Estacionamento gratuito para, no mínimo, 08 ônibus e 10 vans das delegações participantes e automóveis.

6.3.7. **Considerações:**

6.3.7.1. Toda organização da estrutura, montagem, desmontagem e limpeza dos espaços serão de responsabilidade do hotel e hotéis consorciados.

6.3.7.2. Não serão aceitos salões e espaços montados com estruturas provisórias de quaisquer materiais como tendas, stands etc.

6.3.7.3. Os equipamentos deverão estar instalados, testados e em perfeita condição para utilização em todos os dias do evento. Os equipamentos deverão ser instalados no dia anterior ao uso em perfeita condição.

6.3.7.4. Quando do não funcionamento do equipamento, o hotel deverá substituir o equipamento imediatamente.

6.4. **Quanto a Recursos Humanos:**

6.4.1. A empresa deverá disponibilizar:

6.4.2. Recepcionistas – durante todo o período do evento é necessário que o hotel disponibilize pelo menos um funcionário preparado para resolver qualquer eventualidade.

6.5. **Quanto a Equipamentos de Informática e audiovisual:**

6.5.1. Computadores com internet em todas as salas de apoio.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. O fornecedor contratado deverá:

7.1.1. Estar localizado na cidade de Poços de Caldas – MG e todo serviço deve ser prestado nas próprias instalações do fornecedor, não sendo permitido a terceirização do serviço;

7.1.2. Possuir instalações elétricas e hidráulicas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – e legislação aplicável;

7.1.3. Possuir instalações de emergência, para a iluminação de áreas comuns e para o funcionamento de equipamentos indispensáveis à segurança dos hóspedes;

7.1.4. Possuir instalações e equipamentos de segurança contra incêndio e pessoal treinado a operá-lo, de acordo com as normas estabelecidas e pelo Corpo de Bombeiros local;

7.1.5. Possuir recepção apta a permitir a entrada, saída, registro e liquidação de conta dos hóspedes, durante as 24 horas do dia;

7.1.6. Limpar e arrumar diariamente os apartamentos, com fornecimento e troca de roupa de cama e banho, bem como de artigos comuns de higiene pessoal, por conta do estabelecimento;

7.1.7. Possuir pessoal de serviço em quantidade e com a qualificação necessárias ao perfeito funcionamento do meio de hospedagem;

7.1.8. Manter pessoal permanentemente uniformizado e/ou convenientemente trajado, de acordo com as funções que exerçam;

7.1.9. Observância das demais normas e condições necessárias à segurança, saúde/higiene e conservação/manutenção do meio de hospedagem, para atendimento ao consumidor;

7.1.10. O apartamento deverá ser decorado e equipado com televisão, TV a cabo, frigobar, telefone (para ligações internas), serviços de internet (banda larga) gratuita, chuveiro com aquecimento; ventiladores e/ou ar condicionados;

7.1.11. O hotel ou hotéis consorciados deverão atender a todos os itens destes Termos de Referência.

7.1.12. Haverá uma visita técnica na qual a comissão organizadora do evento, formada por servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, irá verificar se as instalações bem com a alimentação do hotel ou hotéis consorciados atendem a toda a demanda do evento.

7.1.13. Será pago somente as diárias e alimentação utilizadas no evento, conforme § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

## **8. DA JUSTIFICATIVA**

8.1. **Jogos dos Institutos Federais - JIFs 2017 - Etapa Nacional:** (outubro - evento de grande porte): evento esportivo de âmbito nacional, agendado para o período de 3 a 8 de outubro de 2017, o qual reunirá cerca de 1.200 estudantes dos institutos federais de todo país e demais instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O JIFs engloba 11 modalidades de esporte: atletismo, futsal, handebol, futebol, basquetebol, judô, voleibol, tênis de mesa, xadrez, vôlei de praia e natação. Além de medalhas, títulos e disputas nas quadras, campos e pistas, o principal mérito do JIFs 2017 é promover a convivência entre jovens atletas de todo país, por intermédio da prática esportiva. Sendo um dos objetivos dos institutos federais a formação cidadã, o esporte traz valores como disciplina, trabalho em equipe, dedicação e responsabilidade.

8.2. O evento previsto torna-se estratégico para a educação brasileira e para o alcance dos objetivos estabelecidos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que

cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no que diz respeito ao fomento ao esporte e ao desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

8.3. Os eventos acontecerão em Poços de Caldas, Minas Gerais, em espaços esportivos cedidos pela Prefeitura Municipal da cidade, os quais contemplem as 11 modalidades esportivas, de forma a utilizar a infraestrutura existente e considerando a logística para traslado da equipe técnica e de alunos-atletas.

8.4. Ressaltamos que o IFSULDEMINAS não dispõe de equipamentos, estrutura física e de montagem e de pessoal especializado em quantidade suficiente para desenvolver determinadas atividades correlatas à organização deste evento, notadamente em razão do caráter eventual.

8.5. A Assessoria de Comunicação Social e a Pró-reitoria de Extensão do IFSULDEMINAS realizaram análise dos regulamentos nacional e específico de cada modalidade esportiva. Em virtude do número reduzido de dias em que o evento ocorre para redução de custos para as Instituições participantes, o que gera um número elevado de competições esportivas para um também elevado número de atletas que não conhecem a cidade/região, há necessidade de planejamento de logística que torne possível a realização do mesmo.

8.6. Cabe, ainda, considerar que à Comissão Organizadora da sede dos Jogos, conforme parágrafo 2º do Art. 5º do Regulamento Nacional cabe a responsabilidade pela alimentação e hospedagem dos alunos atletas, previamente determinados a participar nos JIFs 2017 - Etapa Nacional, conforme transcrito abaixo:

Art.5º (...)

§2º- A comissão organizadora de cada etapa, seja ela Regional ou Nacional, só se responsabilizará pela ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM dos alunos previamente determinados a participar nos JOGOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS - JIF 2017.

**Conclui-se que há necessidade de concentração da hospedagem das equipes em um único hotel, ou hotéis próximos entre eles (sendo até três quilômetros de distância entre os hotéis), como forma de possibilitar a articulação pela equipe organizadora e minimizar os custos de logística, transporte e alimentação.**

8.7. O custeio de tal ação e demais itens inerentes a Etapa Nacional dos JIFs é definido pelo orçamento federal, descentralizado pelo Ministério da Educação.

## **9. DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

9.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada conforme o objeto desta licitação, sendo que a Administração encaminhará a Ordem de Serviço para início dos serviços.

## **10. DO LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

10.1. A prestação do serviço deverá ser realizada conforme estipulado neste Termo



de Referência.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

11.1. Os recursos para pagamento das despesas decorrentes do presente processo correrão por conta da Natureza de Despesa 339039.41 e 339039.80, PTRES 108057, Fonte de Recurso 0112915082, PI VPP09P9916N, conforme TED SETEC.

## **12. DA CONTRATAÇÃO**

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por instrumento específico de Contrato, do qual farão parte o Edital e seus anexos e a proposta de preços, que deverá ser celebrado entre a Administração Pública, representada pelo IFSULDEMINAS, e a licitante vencedora do certame, observados os dispositivos legais.

12.2. A contratação será realizada conforme disposto na Minuta do Contrato.

12.3. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS deverá designar, formalmente, os fiscais do Contrato.

12.4. Em caso de não conformidade do serviço prestado, o fiscal indicado pelo IFSULDEMINAS notificará a CONTRATADA, por escrito, para que preste esclarecimentos sobre as irregularidades apontadas e para tomada de providências, nos termos do disposto na legislação vigente.

12.5. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais convocará formalmente a licitante vencedora para assinar o contrato, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação. A licitante vencedora deverá comparecer à sede da Administração, para assinar os documentos, ou remeter à Administração o instrumento de contrato, devidamente assinado, com firma reconhecida, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e no instrumento de contrato.

## **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. A subcontratação depende de autorização prévia da contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, se admitida, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **14. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

14.1. Os serviços prestados serão recebidos:

14.1.1. Provisoriamente, a partir da prestação dos serviços, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Edital e na proposta.

14.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes no Edital e na proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

14.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser

procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

14.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a prestação dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## **15. DO PAGAMENTO**

15.1. O pagamento será feito pelo Setor Financeiro, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária, e ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data do recebimento definitivo do objeto licitado.

15.1.1. Caso a parcela não atingir o valor determinado na legislação, o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o § 3º do art. 5º da Lei 8.666/93: “Observados o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.”

15.2. Será pago somente as diárias e alimentação utilizada no evento, conforme § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

15.3. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

15.4. O “atesto” será condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com o objeto do contrato e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.6. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on-line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

15.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Lei nº 9.430, de 1996.

15.8. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

15.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a



ordem bancária para pagamento.

15.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

15.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

(6 / 100)
365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. A Contratada obriga-se a:

16.1.1. Realizar o serviço em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.

16.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 dias úteis, o serviço com avarias ou defeitos;

16.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

16.1.4. Preservar a segurança de terceiros e transeuntes próximos ao local, durante a execução dos trabalhos;

16.1.5. Comunicar a Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.1.7. Cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, fornecendo, caso necessário, às suas expensas, e diligenciando para que seus empregados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual – EPI's ou Coletivo – EPC, podendo o IFSULDEMINAS paralisar os serviços, caso os empregados não estejam devidamente protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada;

16.1.8. Não permitir a realização de qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos; nem permitir a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menor de dezoito anos;

16.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

16.1.10. Cuidar da destinação correta de materiais resultantes da prestação do serviço, a exemplo de copos, pratos e talher descartáveis, sem excluir quaisquer outros, priorizando, sempre que possível, a segregação dos materiais para destinação à reciclagem ou aos locais indicados expressamente pelo Poder Municipal.

16.1.11. Retirar as licenças necessárias para prestação do serviço contratado, quando houver exigência legal para tal;

16.1.12. A CONTRATADA, no momento da prestação dos serviços objeto da contratação, deverá apresentar todos os cursos, certificados de capacitação específica eventualmente requeridos.

16.1.13. Nos serviços em que há necessidade de trabalho em locais altos, mediante uso, ou não, de estruturas para suspensão (andaimes), a empresa, no momento da prestação dos serviços, deve apresentar certificado de realização de curso para tal finalidade, frequentado pelo executor dos serviços, ficando o IFSULDEMINAS, isento de responsabilidade por qualquer acidente que possa acontecer na montagem ou desmontagem das estruturas.

16.1.14. Fornecer o objeto contratado conforme especificações e preços indicados na licitação supracitada;

16.1.15. Planejar, projetar, coordenar, gerir e executar a montagem e desmontagem dos equipamentos necessários a execução do serviço e do pessoal contratado descritos neste Termo de Referência, de acordo com as normas dispostas pelos órgãos de segurança;

16.1.16. Fornecer, além da mão de obra, todo o material e ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte, não cabendo responsabilidade à CONTRATANTE, por danos, perdas e/ou desvio de qualquer tipo de material da CONTRATADA, deixados no local durante a execução dos mesmos;

16.1.17. Empregar materiais e equipamentos em perfeito estado e de boa qualidade;

16.1.18. Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários para comprovação da qualidade dos equipamentos e serviços oferecidos, permitindo a verificação de sua conformidade, com as especificações e exigências nesta contratação;

16.1.19. A empresa CONTRATADA deverá apresentar cronograma de execução de serviços previamente, inclusive indicando os equipamentos e materiais que serão utilizados, de acordo com os prazos e moldes que estabelecer a CONTRATANTE, se for o caso;

- 16.1.20. A empresa CONTRATADA deverá manter, sempre presente, durante todo o período de realização dos serviços, pelo menos um de seus representantes, através do qual serão mantidos todos os entendimentos com a comissão de fiscalização, se for o caso;
- 16.1.21. Observar os prazos para a instalação e desinstalação dos equipamentos, determinados no cronograma de atividades elaborado;
- 16.1.22. A empresa CONTRATADA deverá se responsabilizar por desmontar as estruturas utilizadas em, no máximo 24 horas, após o encerramento dos serviços, para que não atrapalhem o andamento das atividades institucionais;
- 16.1.23. A CONTRATADA é responsável pelo transporte de todos os materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços, em tempo suficiente a cumprir o estabelecido neste Termo de Referência, bem como, após o término dos serviços, desmontar e transportar às suas instalações e equipamentos;
- 16.1.24. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto demandado neste Termo de Referência;
- 16.1.25. A CONTRATADA deverá corrigir imediatamente qualquer falha detectada durante a montagem e instalação dos equipamentos e a execução dos serviços, de modo a não correr riscos de atraso;
- 16.1.26. Todos os serviços deverão ser executados com zelo e cuidado, respeitando-se, sempre, as normas técnicas de segurança e medicina do trabalho;
- 16.1.27. A CONTRATADA deverá atender, prontamente, quaisquer exigências do fiscal da CONTRATANTE, inerentes ao objeto dos serviços contratados, e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- 16.1.28. Apresentar, quando solicitado comprovante do cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais referentes à execução dos serviços;
- 16.1.29. Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações deste contrato, ficando, ainda, o IFSULDEMINAS isento de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 16.1.30. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, a forma de execução dos serviços que forem prestados em desacordo com as condições contratuais, situação em que solicitará imediatas retificações, que deverão ser atendidas, pela CONTRATADA, para o bom andamento do evento;
- 16.1.31. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Comissão especial e/ou pela fiscalização, referentes à forma de execução do objeto contratado, bem como ao cumprimento das demais obrigações assumidas;
- 16.1.32. Fornecer, sempre, à medida que se forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 16.1.33. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data do início dos serviços;

16.1.34. Entregar o objeto contratado acompanhado da Nota Fiscal correspondente, observando-se que o ônus decorrente dessa medida incumbirá exclusivamente à CONTRATADA;

16.1.35. Deverá informar, na nota fiscal, a descrição dos serviços executados, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos;

16.1.36. Pagar, pontualmente, seus funcionários e fornecedores, bem como as obrigações fiscais, relativas ao objeto contratado, com base na presente contratação, exonerando o IFSULDEMINAS de responsabilidade, solidária ou subsidiária, por tal pagamento;

16.1.37. Utilizar empregados habilitados e em quantidade adequada para desenvolver os serviços dentro de cronograma de execução, de forma satisfatória e em conformidade com as normas e determinações em vigor;

16.1.38. Manter os seus empregados devidamente identificados com crachá e/ou uniformes apropriados, quando em trabalho nas instalações da CONTRATANTE;

16.1.39. Substituir, imediatamente, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público;

16.1.40. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, de sua parte, na execução do contrato, não excluindo, ou reduzindo, essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

16.1.41. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita execução;

16.1.42. Manter, durante a execução da contratação, todas as condições exigidas para qualificação e habilitação estabelecidas no Edital da licitação;

16.1.43. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

16.1.44. A pedido da Administração, todos os profissionais necessários para a execução dos serviços deverão ser previamente apresentados à Contratante, e, quando solicitado, a Contratada deverá apresentar cópias de Contrato de trabalho, seja como empregado, seja como autônomo, ou ficha registro de empregados, e, quando solicitado, que comprove a experiência dos profissionais na execução dos serviços especializados;

16.1.45. A CONTRATADA deverá manter, sempre atualizado, o seu endereço, telefone, fax, e-mail e meios de contato junto à CONTRATANTE;

16.1.46. A contratada se responsabiliza por enviar um técnico para instalação, operação, manutenção e desmontagem do material e se responsabiliza por manter seu local de trabalho limpo e organizado durante todo o processo, a fim de entregar o espaço limpo e organizado, após a execução dos serviços, de acordo com os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE;

16.1.47. São responsabilidades da contratada, além de toda e qualquer outra prevista neste Termo de Referência e no Edital de licitação:

16.1.47.1. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do responsável da contratação, inerentes à execução contratual;

- 16.1.47.2. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização do contrato, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento ou a prestação do serviço, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 16.1.47.3. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento do objeto contratado;
- 16.1.47.4. Conferir todos os parâmetros e elementos que subsidiarão os serviços, correndo por sua exclusiva responsabilidade a constatação e aferição dos mesmos;
- 16.1.47.5. Assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços, pela confiabilidade e efetividade dos trabalhos que executar, obedecendo a legislação específica para cada modalidade;
- 16.1.47.6. Relatar à fiscalização do serviço toda e qualquer irregularidade ou situação inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio público;
- 16.1.47.7. Responsabilizar-se pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados durante a prestação dos serviços, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.
- 16.1.47.8. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessárias para o atendimento das obrigações decorrentes do Contrato, tais como ferramentas, transportes, peças, lâmpadas, partes e acessórios dos equipamentos, utilizando para isso componentes originais, assim como a presença de um supervisor técnico para assegurar o perfeito andamento dos mesmos, sempre que o representante que o fiscal do contrato solicitar;
- 16.1.47.9. Responder pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, mobiliário, máquinas, equipamentos e demais bens da União, ou de propriedade de terceiros sob responsabilidade da contratante, durante a execução do serviço, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, no prazo de até 10 (dez) dias após decisão final, devendo ser oportunizada à CONTRATADA defesa prévia;
- 16.1.47.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- 16.1.47.11. Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- 16.1.47.12. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;
- 16.1.47.13. Designar um representante, ou preposto, perante a CONTRATANTE, bem como informar os meios de comunicação disponíveis para a recepção das solicitações emitidas pela CONTRATANTE;
- 16.1.47.14. Manter durante toda a execução da contratação em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.1.47.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, consoante o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Quando do

acréscimo de outros equipamentos, estes deverão apresentar condições de funcionamento semelhantes daqueles contratados;

16.1.47.16. Responsabilizar pela sinalização e segurança de pessoas no local dos serviços;

16.1.47.17. Orientar os seus empregados de que não poderão se retirar dos prédios ou instalações da CONTRATANTE portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da fiscalização do contrato e liberação no posto de vigilância da CONTRATANTE;

16.1.47.18. Substituir, sempre que exigido pela fiscalização da contratação, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público;

16.1.47.19. Assumir todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: mão de obra para manutenção preventiva e corretiva dos serviços prestados;

16.1.47.20. Manter vínculo empregatício formal, expresso, com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da CONTRATADA, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação;

16.1.47.21. Responder, civil, penal e administrativamente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados, por sua ação ou omissão, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, morte, perda ou destruições, devidamente apurado por competente processo administrativo, com direito ao contraditório e a ampla defesa;

16.1.47.22. Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade da CONTRATANTE, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor da CONTRATANTE através de GRU (Guia de Recolhimento da União) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação, garantida previamente a ampla defesa e o contraditório. Se o valor dos danos não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado administrativamente e/ou judicialmente. A reparação dos danos causados em bens de propriedade de terceiros deverá ser efetuada aos mesmos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação;

16.1.47.23. Arcar com todos os custos e encargos resultantes da execução dos serviços, tais como: encargos sociais; trabalhistas; previdenciários; tributos; taxas; peças, fretes, contribuições fiscais e parafiscais; emolumentos e suas majorações; translados; transporte, alimentação; acomodações; etc., incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, inclusive seguro contra acidentes no trabalho, assim como ferramental, equipamentos de segurança, ficando ciente de que não se estabelece, por



força da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados que a CONTRATADA fornecer para execução dos serviços;

16.1.47.24. Não haver prestação de serviço por cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Ministério da Fazenda, em atenção à vedação contida no Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010;

16.1.47.25. Dar cumprimento a todas as determinações e condições estabelecidas no Edital da Licitação, seus anexos e complementos. Conferir todos os parâmetros e elementos que subsidiarão os serviços, correndo por sua exclusiva responsabilidade a constatação e aferição dos mesmos.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

17.1. A Contratante obriga-se a:

17.1.1. Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto contratado;

17.1.2. Enviar eletronicamente, por e-mail, a nota de empenho digitalizada emitida em favor do fornecedor, ou quando da impossibilidade de comunicação citada anteriormente o encaminhamento do empenho será feito por outros meios (fax, via postal etc);

17.1.3. Impedir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA executem o objeto contratado;

17.1.4. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto contratado dentro das especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos;

17.1.5. Fornecer à CONTRATADA, a qualquer tempo, toda informação que julgar pertinente à execução do objeto licitado, no intuito do bom desenvolvimento do compromisso assumido, sempre se pautando nas normas reguladoras citadas e outras que venham a ser emitidas mesmo após a celebração do contrato;

17.1.6. Designar servidores para acompanhar a execução do contrato e certificar a prestação dos serviços, podendo, em decorrência, solicitar providências junto à CONTRATADA, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções na execução do objeto às suas expensas, para que a mesma adote medidas indispensáveis ao bom andamento dos serviços contratados, que atenderá ou justificará de imediato. O não atendimento sujeitará a CONTRATADA as penalidades previstas;

17.1.7. A CONTRATANTE se reserva o direito de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA através de um representante da administração, especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados;

17.1.8. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual;

- 17.1.9. Solicitar à CONTRATADA a retificação de qualquer fornecimento/execução de serviço cujo padrão de qualidade esteja fora das especificações contidas no Edital e seus anexos;
- 17.1.10. Comunicar à CONTRATADA, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante a execução do objeto, para que a mesma adote medidas indispensáveis ao bom andamento do que foi solicitado, conforme objeto constante no edital e seus anexos;
- 17.1.11. Observar para que, durante o período de contratação, sejam mantidas, pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 17.1.12. Exigir da empresa CONTRATADA integral responsabilidade pela boa execução e eficiência no cumprimento do objeto, mormente no que se refere à sua fiel execução;
- 17.1.13. Efetuar o pagamento nos prazos estipulados, desde que cumpridos todos os procedimentos administrativos de responsabilidade da contratada, conforme a legislação vigente, após cada entrega e recebimento definitivo da execução do(s) Serviço(s), devendo a Nota Fiscal/Fatura estar devidamente atestada pelo setor competente;
- 17.1.14. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência e demais anexos;
- 17.1.15. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para sua correção;
- 17.1.16. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:
- 17.1.16.1. Nomear gestor e fiscais do contrato;
- 17.1.16.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço e/ou de Fornecimento de Bens;
- 17.1.16.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade;
- 17.1.16.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, observando o devido processo legal;
- 17.1.16.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 17.1.16.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos bens e/ou da prestação do serviço;
- 17.1.16.7. Proporcionar todas as facilidades à CONTRATADA para o bom andamento dos serviços dentro das normas estabelecidas pelo Edital e Contrato;
- 17.1.16.8. Prestar aos funcionários da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados;
- 17.1.16.9. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do contrato;
- 17.1.16.10. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e reajustes do Contrato, se for o caso;
- 17.1.16.11. Analisar e atestar os documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, pelos serviços prestados. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções. A

nova contagem dos prazos para análise, ateste e pagamento recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos;

17.1.16.12. Efetuar os pagamentos devidos;

17.1.16.13. Formalizar as solicitações de manutenção corretiva por meio de solicitação de serviços, quando não atendidas verbalmente, e enviá-las à CONTRATADA pelos meios de comunicação disponibilizados por esta.

## **18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993; da Lei nº 10.520, de 2002; do Decreto nº 3.555, de 2000; e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

18.1.1. Não executar, total ou parcialmente, o contrato;

18.1.2. Apresentar documentação falsa;

18.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.4. Cometer fraude fiscal;

18.1.5. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

18.1.6. Fraudar a execução do contrato;

18.1.7. Não manter a proposta;

18.1.8. Deixar de entregar a documentação exigida; e

18.1.9. Descumprir qualquer dos demais deveres elencados no Edital, neste Termo de Referência e/ou no Contrato.

18.2. Igualmente, comete infração a Contratada que deixar de celebrar o contrato dentro do prazo fixado pela Contratante.

18.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas por este Termo ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.3.2. Multa:

18.3.2.1. Moratória, de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias corridos – vencido este prazo, aplica-se a Multa Compensatória;

18.3.2.1.1. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.3.2.2. Compensatória, de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS, pelo prazo de até dois anos;

18.3.3.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº

87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

18.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União, bem como descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

18.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas nos subitens anteriores, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

18.5.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

18.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, por esta, à Contratada, ou serão inclusos no valor que esta deva porventura recolher em favor da União, ou deduzidos da garantia; ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. **As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

18.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **19. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

19.1. Conforme preceitua o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil, incerta ou impossível reparação.

## **20. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

20.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Requiritante, auxiliado pela Comissão Permanente de Licitação, estando em consonância com as disposições

legais e normativas aplicáveis, bem como com o interesse e a conveniência da Administração, sendo, assim, submetido à consideração e aprovação das autoridades competentes.

Pouso Alegre/MG, 24 de julho de 2017.

Marco Antonio de Melo Azevedo  
Coordenador-Geral de Licitação e Compras

**Aprovo:**

**Marcelo Bregagnoli**  
**Reitor**